

A NATURALIZAÇÃO DE MERCADORES —  
BANQUEIROS PORTUGUÊSES PARA O  
EXERCÍCIO DO COMÉRCIO NA  
AMÉRICA DOS ÁUSTRIAS (I) (\*).

---

YVONE DIAS AVELINO

Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO.

Uma tese é sempre a demonstração de uma idéia, propósito de comprovar com documentos certas conjecturas presentes em nosso espírito.

Dir-se-ia, contudo, que defesa de Mestrado não constitui tese universitária, por tratar-se de simples monografia. Exato, em concordância com o que dispõe a regulamentação. Não obstante, há sempre uma tese numa monografia a ser defendida.

Pretendemos realçar a presença do capital estrangeiro, notadamente dos mercadores-banqueiros portugueses, no desenvolvimento econômico hispano-americano na época dos Áustrias de Madri. Para isso impõe-se desde logo esclarecer duas realidades — constantes espanholas do tempo — para melhor alcance e entendimento da problemática: a suplementação de poupança pelo afluxo de capital estrangeiro no circuito atlântico do tráfico, e a diferença bem nítida entre interesses da Corôa e conveniências nacionais. O objetivo da primeira consistiu em maximizar o patrimônio da realeza para a salvaguarda do trono; e o da segunda em dar prioridade à política continental européia em detrimento da economia do reino e do império.

A Espanha era, então, um Estado moderno recém-nascido e com enormes problemas a resolver. Senhoreando-se de um rico e cobiçado

---

(\*) . — Com êste número da *Revista de História* iniciamos a publicação da monografia de Mestrado apresentada ao Departamento de História em agosto de 1970 e aprovada com distinção. (*Nota da Redação*).

patrimônio colonial não dispunha, em contrapartida, de condições adequadas para defendê-lo. Daí resultarem três mitos — exorbitantes e equívocos — que obscurecem o processo de desenvolvimento do capitalismo espanhol no decurso dos séculos XVI e XVII: o mito da sobrevivência da monarquia centralizada; o mito que o controle político sobre o investidor estrangeiro era expediente adequado aos interesses do trono; e, em terceiro lugar, o mito da sangria de metais preciosos que, sob os Áustrias espanhóis, foi renitente e persistente.

Da convergência desses três mitos resultou a disformidade entre o “político” e o “econômico”, em que o “monárquico” subjugou o “capitalismo” nascente. Em vista disso, os reis espanhóis não conseguiram criar instrumentos que os capacitassem para operarem como empresários coloniais ou anularem em qualquer momento cada efeito negativo do investimento estrangeiro, seja pela aplicação de uma política fiscal, uma política de crédito ou de uma política de comércio exterior. Faltou aos monarcas de Espanha mentalidade capitalística, procedimento que os tornou dependentes dos mercadores-banqueiros estrangeiros.

Apesar do estabelecimento da central sevilhana destinada ao controle do tráfico colonial, a Corôa jamais conseguiu o comando global da economia. Com efeito, os Áustrias de Madri destoaram dos Avis, seus vizinhos, nos métodos adotados para a superintendência da vida econômica do patrimônio americano. Os reis portugueses, notadamente D. Manuel e D. João III, depois de herdarem de seus antecessores afortunados atributos, instituíram com um mínimo de tino administrativo, através da manipulação das rotas de Arguim, da Mina e do Cabo, um gigantesco capitalismo monárquico que viveu pouco, é certo, mas que viveu intensamente, conforme já o comprovou Manuel Nunes Dias (1).

A interferência direta, compulsória e arbitrária na modificação da conjuntura econômica, por parte dos Áustrias espanhóis, da maneira como se instituiu, não criou condições de poupança nacional ou de capitalização dos bens da Corôa. Em compensação tornou atracente para as empresas estrangeiras se abrirem às solicitações do trono ávido por capitais destinados a contornar apuros provenientes da política européia da realeza. E quanto mais competitivos eram os problemas da monarquia na Europa, mais rápidos eram os efeitos da dependência capitalística dos Áustrias ao processo de persuasão dos empresários estrangeiros.

---

(1). — *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do Capitalismo Moderno* (2 vols. Coimbra, 1963-1964).

As linhas gerais da política da Corôa marcam a renúncia ao planejamento no sentido de uma coordenação racional das decisões econômicas. Os Áustrias espanhóis nunca cresceram com equilíbrio na balança de pagamentos. A incoerência na ação da realza foi uma constante. A monarquia não dispunha de capacidade para atender às necessidades do reino e das regiões coloniais. Por isso apelou para os prestamistas estrangeiros.

A política econômico-financeira dos soberanos espanhóis revela estimulante vitalidade para a atuação de empresários estrangeiros. Operando no tráfico americano ou no comércio do reino, os mercadores-banqueiros portugueses tornaram-se credores dos Áustrias de Espanha. Representando fielmente uma burguesia capitalista de nítida feição internacional e agrupada em entidades de direito privado — notadamente nas Companhias de Comércio e Navegação — ou agindo isoladamente no mercado de capitais, os financistas portugueses foram cooperários no pretense desenvolvimento do mercantilismo espanhol.

Estudar essa contribuição e essa dependência é nosso propósito. Ver em que amplitude os empresários portugueses do comércio concorreram com seus capitais e com sua experiência para a dinamização do tráfico das Índias Ocidentais de Castela. Apurar mercadores-banqueiros, credores do trono. Aquilatar o montante dos adiantamentos amealhados pela Corôa. Realçar as razões que impossibilitaram a monarquia espanhola de estruturar um capitalismo de Estado, em que o rei figuraria como o grande — senão o único — empresário colonial. Examinar a discrepância entre a lei e a realidade. Perquirir o “concreto histórico”. Comprovar a imaturidade capitalística da Corôa através da abordagem do seu comportamento econômico-financeiro. Evidenciar as dificuldades políticas do trono geradoras dos apuros financeiros. Ressaltar a não adesão dos empresários coloniais portugueses à causa patriótica dos fidalgos de Lisboa que culminou com a Restauração de 1640. Relevar a embaraçosa situação em que se encontrou a Côrte de Madrí, impotente para evitar o ingresso clandestino dos financistas estrangeiros — portugueses sobretudo — no tráfico colonial. Avultar a importância do Instituto da Naturalização para a dinâmica operacional do capitalismo alienígena, expediente lícito de acesso de empresários portugueses ao trânsito das Índias Ocidentais de Espanha. Especificar as *Cartas de Naturalza* e perquirir seu significado no processo de desenvolvimento do comércio ultramarino. Indagar o destino dos bens dos financistas portugueses estantes em Espanha após a Restauração de 1640. Relevar os compromissos do trono provenientes da política continental européia, repleta de êrros e contradições, que obrigaram os monarcas espanhóis

a assentir ao jôgo da finança alienígena em todos os setores da vida econômica do reino e do ultramar.

Para isso valemo-nos de documentação preciosa e inédita. Abordamos a conjuntura espanhola sob os Áustrias. Estudamos seguidamente o conceito de “estrangeiro” perante a monarquia dos Habsburgos preocupada, fundamentalmente, com um nacionalismo exclusivista que a levou a eliminar até mesmo os que não fôsem naturais do Reino de Castela. Alargando mais tarde a concessão do direito de comércio com as Índias Ocidentais aos súditos espanhóis, continuou a excluir os estrangeiros não-vassalos, principalmente judeus e inimigos da Santa Sé.

Se Carlos V exorbitou nas concessões a mercadores-banqueiros alienígenas premido por dificuldades financeiras, não conseguiu Filipe II furtar-se ao império do capitalismo internacional entregando a estrangeiros importantes setores do comércio do reino e do tráfico colonial, como o aprovisionamento de escravos para a América espanhola.

Podemos, todavia, assinalar um contraste da política dos Áustrias de Madrí no tocante ao seu comércio: aberto ao estrangeiro na metrópole e fechado no ultramar. Mas, apesar do rigorismo espanhol em defender a América dos estrangeiros, êstes passaram aos domínios de Espanha desde os primeiros tempos. A revelação da prata americana e o interêsse do trânsito clandestino, notadamente pelo Rio da Prata, atraíram levas de comerciantes estrangeiros que a incapacidade espanhola de cumprir a legislação vigente não conseguiu arrojear de terras e águas americanas.

Se as conveniências dos colonos favoreciam o *statu-quo*, amoldou-se finalmente a Corôa à situação procurando vantagens de natureza financeira.

As falhas da política comercial espanhola favoreceram o predomínio dos mercadores-banqueiros estrangeiros, principalmente os comerciantes-financistas portugueses a quem Espanha foi alargando concessões por depender não apenas de seus técnicos mas também de seus capitalistas radicados aos principais centros de importância comercial. Assim se explica porque, premida por necessidades financeiras, a Corôa resolveu equiparar estrangeiros aos naturais dos Reinos de Castela para efeito de *tratar y contratar en las Indias*, à guisa de bonificação nos *asientos de dinero* com que acudia às necessidades prementes de suas tropas no estrangeiro.

Examinamos mais de uma dezena de casos de concessão de *Cartas de Naturaleza* que abriram aos mercadores-banqueiros portugueses as portas do comércio hispano-americano como decorrência, principalmente, de promessas formuladas por ocasião de empréstimos

ao Erário espanhol. Graças a semelhante documentação pudemos compreender melhor o Instituto da Naturalização como instrumento legal para o exercício do comércio de estrangeiros na América Espanhola no decurso da Administração dos Áustrias.

Com Portugal sob o domínio do govêrno de Madrí esta era a via legal, não apenas para ingressar no tráfico americano, mas ainda para escapar à avidez das contribuições extorquidas pela monarquia espanhola em terras portuguesas.

Assenhorearam-se, assim, muitos mercadores portugueses de direitos indiscutíveis ao exercício do comércio com a América espanhola. Esta excelência — admirável prerrogativa — iria tornar-se saliente em 1641, após a Restauração Portuguesa, quando, apesar do embargo de bens que atingiu os haveres de portugueses chegados das Índias Ocidentais de Espanha, escaparam, todavia, à interdição os valores pertencentes àquêles que estavam protegidos por *Cartas de Naturaleza*, o engenho legítimo para o exercício do comércio em terras e águas americanas.

Nosso maior propósito com o presente estudo: abrir novas perspectivas para a melhor abordagem da política econômico-financeira espanhola no tempo dos Áustrias, original na sua essência mas contraditória na sua aplicação.

Dir-se-ia tratar-se de monografia ambiciosa. Assim é, com efeito, na medida em que o historiador não se limita a perquirir o fato, mas indaga e analisa acontecimentos na urdidura do passado. Acima do documento comprovativo do evento acha-se o nosso espírito que diligencia, esgaravata e desafia o pretérito histórico.

Essa a nossa atitude mental ao estudarmos o Instituto da Naturalização sob os Áustrias de Madrí, através de investigação de doze *Cartas de Naturaleza* que se encontram, manuscritas e ainda inéditas, no *Archivo General de Indias*, em Sevilha, e que foram microfilmadas pelo saudoso professor Rozendo Sampaio Garcia a quem, pôstamente, renovamos nosso preito de gratidão.

Agradecemos, outrossim, aos professôres Astrogildo Rodrigues de Mello e Manuel Nunes Dias pelo incitamento que nos deram no decurso da elaboração desta Monografia de Mestrado.

## CAPÍTULO I.

### MOVIMENTO DA FRONTEIRA E DA POPULAÇÃO.

As condições geográficas da Espanha, divisão em pequenos territórios, em regiões montanhosas ou em planícies recortadas, a doçura do clima, os recursos variados do solo, foram historicamente um ponto de atração das civilizações de três continentes — Europa, África e Ásia. A complexidade física do seu território parece estender-se a seus habitantes. Étnicamente, o espanhol é o resultado do cruzamento de povos muito diversificados em sua origem. Sua História foi singularmente condicionada pela sua Geografia — encruzilhada entre mundos econômicos: o Mar do Norte e o Mediterrâneo (2).

No Neolítico aparece em Espanha um tipo humano “mediterrâneo”, de estatura média, crânio dolicocefalo, pele morena e cabelos negros que até hoje predomina no País. Mais tarde, na Idade do Bronze, a penetração por Almería de contingentes orientais e norte-africanos que se sobrepuseram e se aconchegaram aos grupos neolíticos originou o *pueblo ibero*, de características raciais e culturais ainda hoje discutíveis (3).

No começo do primeiro milênio antes de J. C., o aparecimento de um povo de procedência centro-europeia, braquicefalo, de cabelos loiros e elevada estatura — os celtas — modificou profundamente a paisagem humana peninsular. Estabelecendo-se, embora como minoria, ao Norte e Oeste da Península, mesclaram-se em suas andanças com os iberos que, então, dominavam o Sul e o Levante. Nesse cruzamento encontra-se a proveniência das populações celtíberas (4).

---

(2). — Cf. Bosque (J.) y Borrás (E.), *Geografía agrícola de España*, págs. 11 e segs. Barcelona, 1959; Badell, (G. García), *Estudio sobre la distribución de la extensión superficial y de la riqueza de la propiedad agrícola en España*, págs. 31 e seg. Barcelona, 1946.

(3). — Hernández, Pacheco (Eduardo), *La Península Hispánica en los tiempos históricos*, in “Historia de España” dirigida por Ramon Menéndez Pidal, tomo I, España Prehistórica, vol. I, págs. 5 e segs. Madri, 1947; Bleye (Pedro Aguado), *Manual de Historia de España*, tomo I, págs. 98 e segs. Madri, 1954.

(4). — Cf. Hernández-Pacheco (Eduardo), *La Península Hispánica al final de los tiempos terciarios y durante el pleistoceno*, in “Historia de España” dirigida por Ramon Menéndez Pidal, tomo I, España Prehistórica, vol. I, págs. 65 e segs. Madri, 1947; Sainz (Luis de Hoyos), *Antropología prehistórica española*. Idem, págs. 97 e segs.

Desde o ocaso do século V antes de J. C., a antropologia espanhola não se alterou muito em sua essência. Os colonos gregos e fenícios, primeiro, e os conquistadores cartagineses e romanos, empós, que freqüentes vêzes fizeram de Espanha campo preferido para suas rivalidades, iniciaram a incorporação da *Hispânia* à cultura mediterrânea. Os romanos, sobretudo, dominaram durante sete séculos a Península, imprimindo-lhe sua cultura fielmente representada pelo seu idioma e pelos seus usos e costumes, embora não contribuissem sensivelmente para uma renovação racial (5).

Contemporâneo de Roma foi o elemento judeu, que desde o século II de nossa Era se estabeleceu através de importantes colônias nos portos do *mediodía*. Comerciantes e financistas ficaram famosos como credores dos reinos cristãos nos séculos XII e XIII, no apogeu da “Espanha Muçulmana”; posteriormente, já nos séculos XIV e XV, entraram em depressão, que se assentou na centúria seguinte, quando os “conversos” recolheram seu poder econômico (6).

Os visigodos, muito escassos em número, foram absorvidos pelos hispanoromanos, não obstante alguns dêles sobreviverem como parte integrante da grande nobreza territorial e acastelada (7).

Distinta de tôdas foi a dominação muçulmana que, além da indiscutível influência cultural, bem visível na toponímia e na literatura, incrementou e assegurou o fundamento étnico primitivo mediterrâneo, graças aos sucessivos acometimentos berberes aderentes, sobretudo almorávides, almohades e benimerines. As relações demográficas entre ambos lados do Estreito foram freqüentes. O fenômeno de infiltração foi, contudo, essencialmente andaluz (8).

Há ainda um outro elemento humano, o francês, introduzido no país a partir do século XI, com uma penetração demográfica lenta, mas numéricamente mais importante que as invasões visigodas e muçulmanas. Inicialmente, o povoamento franco acha-se ligado ao cami-

---

(5). — Almagro (Martín), *El paleolítico español*. Idem, págs. 245 e segs.; Castillo (Alberto del), *El neoneolítico*. Idem, págs. 489 e segs.; Carriazo (Juan de Mata), *La Edad del Bronce*. Idem, págs. 755 e segs.; Almagro (Martín), *La invasión céltica en España*. Idem, vol. II, págs. 3 e segs.; García y Bellido (A.), *Colonización Púnica*. Idem, págs. 311 e segs.; *La colonización griega*. Idem, págs. 495 e segs.; Torres (Manuel), *La Península hispánica, provincia romana*. Idem, tomo II, págs. 287 e segs. Madri, 1955.

(6). — Motes (Juan Maluquer de), *Pueblos ibéricos*. Idem, vol. III, págs. 305 e segs.; Torres (Manuel), *Las invasiones y los reinos germánicos de España*. Idem, t. III (Espanña Visigoda), págs. 3 e segs. Madri, 1940.

(7). — *Ibidem*.

(8). — Cf. Provençal (E. Lévi), *Espanña Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*. Idem, tomo IV, págs. 3 e segs. Madri, 1950; Idem, tomo V, págs. 5 e segs. Madri, 1957.

nho de Santiago. Mas no decurso do século XV e, notadamente, no XVI se converte numa infiltração de tipo mercantil e artesanal. Estes elementos foram freqüentes vêzes acompanhados de emigrantes italianos, genoveses sobretudo, alemães e flamengos (9).

Importa salientar, todavia, nesse contexto, a invasão muçulmana que provocou uma sacudidela brutal, similar à dos “bárbaros” no resto da Europa, e que iniciou o delineamento da atual fronteira política da Espanha.

A divisão medieval *del solar español* em dois âmbitos distintos — cristão e muçulmano — e em luta constante entre si (10) converteu a Meseta num imenso deserto contrastante com as montanhas setentrionais e com os vales ibérico e bético, os quais, com a orla mediterrânea, condensavam a população.

Enfrentados, assim, em Espanha, Cristianismo e Islão, sucederam-se oito séculos de Reconquista, ininterrupta tarefa de repovoamento e colonização. Inicialmente o impulso islamita levou os berberes até o Vale do Douro, assentando-os fortemente no Sistema Central divisório, e concentrando uma importante população cristã nas fortalezas montanhosas setentrionais. Depois, invertida a situação, os cristãos empurraram os invasores, criando uma fronteira despovoada que foi sendo sucessivamente deslocada para o Sul e progressivamente repovoada e colonizada pelas gentes do Norte (11).

A partir do século XII, a Reconquista foi tão intensificada que a colonização territorial diminuiu por carência de repovoadores cristãos, permanecendo os muçulmanos, cada vez mais numerosos, nas terras conquistadas, notadamente na Andaluzia e Levante.

A Reconquista implicou uma magna tarefa de valorização econômica do espaço, caracterizada pela gradual humanização da paisagem que, no decorrer de oito séculos, se moveu de Norte a Sul em ligaduras paralelas que se apoiavam nos principais rasgos físicos do território peninsular. A irradial foi o núcleo composto pelas regiões montanhosas setentrionais — Astúrias, Cantábria e Pirineus — onde se refugiou a elite hispanovisigoda que se recusou a submeter-se ao Islão. Estes montanheses, seqüiosos por uma melhor situação, foram ocupando progressivamente a faixa fronteira desabitada em ações individuais ou em pequenos agrupamentos (12).

---

(9). — *Ibidem*.

(10). — Cf. Pacheco (F. Hernández), *El solar en la Historia Hispana*, págs. 38 e segs. Madri, 1952.

(11). — Urbel (Fray Justo Pérez de), *Los primeros siglos de la Reconquista* (711-1038), in “Historia de España” dirigida por Ramón Menéndez Pidal, tomo VI (Espana Cristiana), págs. 3 e segs. Madri, 1956; Arco y Garay (Ricardo del), *Espana Cristiana*. Idem, págs. 351 e segs.

(12). — *Ibidem*.

Graças às sucessivas deslocações da fronteira do povoamento, já no século XI o Vale do Douro estava humanizado, com a colaboração de elementos *mozárabes andaluces* expulsos pelos chefes invasores. Instituiu-se assim um sistema agrário de pequenos proprietários residentes em aldeias de alguns centos de habitantes que se beneficiavam de amplíssimas *tierras comunales*. Séries de fortes dispersos ou alinhados em defesa militar ao largo do Sistema Central, do Douro ou ao pé dos Montes Cantábricos, constituíram núcleos urbanos beneficiados por vilas surgidas no caminho de Santiago. Com isso a fronteira foi deslocada para o Sul, convertendo num extenso campo de batalha tôda a Meseta Meridional e o vale do Ebro (13).

No começo do século XIII, rompida a resistência muçulmana, iniciou-se o repovoamento do *Mediodía Español* pelos cristãos do Norte. A colonização caracteriza-se, então, por semblantes distintos consoante as regiões. No vale do Ebro os muçulmanos se submeteram freqüentemente por *capitulación*, atributo que permitiu a continuidade da população muçulmana nas zonas rurais, embora nas cidades repovoadas por montanhese e colonos francos persistissem certos bairros reservados a mouros e judeus.

A ocupação da Meseta meridional apresenta dois aspectos distintos. No vale do Tejo preva'eceu o critério de se respeitar nos aglomerados urbanos conquistados a população muçulmana e judia ali encontrada. Freqüentes vêzes o rei conferia aos *concejos* a incumbência do repovoamento, prerrogativa que motivou o surgimento das grandes comunidades castelhanas, com territórios amplíssimos que constituem a base geográfica de *Castilla* nos séculos XIV e XV, com seus grandes núcleos de Ávila, Valladolid, Segovia e Toledo. Ao contrário, nas terras de pastoreio — *La Mancha y Extremadura* — a falta de interêsse por parte dos repovoadores castelhanos e leoneses setentrionais, bem como a escassa população muçulmana originária pela dureza e constância da luta pela conquista, levaram a monarquia a entregar a terra às Ordens Militares: Alcântara ocupou o ocidente da Extremadura, Santiago o centro e Calatrava a Mancha, criando-se, com isso, um regime latifundiário assinalado pela existência de senhores de grandes propriedades territoriais (14).

O repovoamento da Andaluzia foi inicialmente uma simples ocupação militar. Em consequência, as cidades — Úbeda, Baeza,

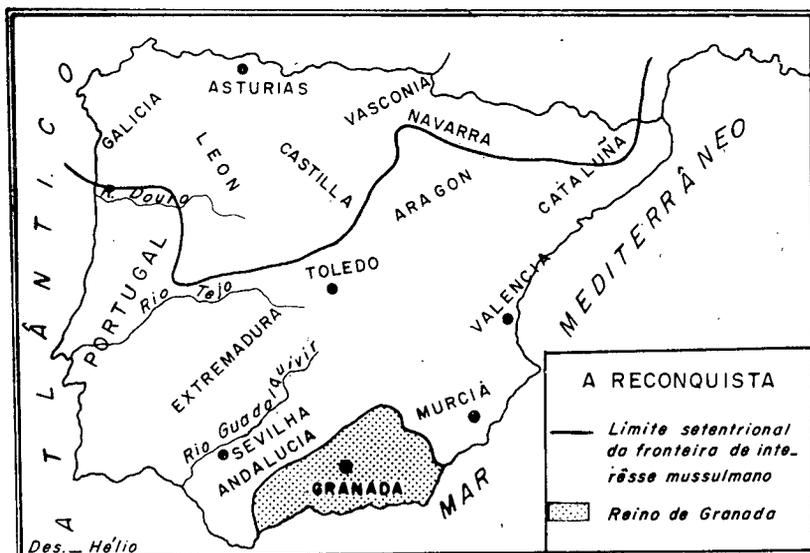
---

(13). — Cf. Eguilaz (H. París), *Factores del desarrollo económico español*, págs. 62 e segs. Madri, 1957; Villar (E. Huguet del), *El valor geográfico de España*, pág. 36, Madri, 1921; Maurel (Joaquim Bosque), *Geografía Económica de España*, págs. 14 e segs. Barcelona, 1960.

(14). — Riego (Juan Font de), *El problema de los latifundios*, págs. 73 e segs. Madri, 1950; Concha (J. García de la), *La ganadería en la Península Ibérica y en el Norte de África*, pág. 67, Madri, 1953.

Jaén, Córdoba e Sevilha — foram organizadas como redutos defensivos do território. Mais tarde, a rebelião de 1263 deu lugar à expulsão dos muçulmanos que emigraram para Granada — ou retornaram à África — castelhanizando-se, assim, o vale do Guadalquivir pela permanência de grandes latifúndios da época muçulmana e de outros mais criados pela exigência da guerra de fronteira com Granada. Nesses extensos senhorios introduziu-se, então, um tipo de economia extensiva caracterizado pela criação de gado e pelo cultivo de olivais (15).

A Reconquista cristã transformou essencialmente a distribuição da população espanhola sem, entretanto, modificá-la em seus caracteres étnicos e, mesmo, quantitativos. Todavia, a repartição demográfica no final da Idade Média foi profundamente alterada por um fator diferenciador importantíssimo: a Peste Negra que ceifou preciosas vidas em todo Ocidente cristão (16).



(15). — Cf. Maurel (Joaquim Bosque), *op. cit.*, págs. 16 e segs.; Concha (J. García de la), *op. cit.*, págs. 92 e segs.; Urbel (F. J. Pérez de), *op. cit.*, págs. 52 e segs.

(16). — “A peste negra alastrou-se, mortífera, pela Europa indefesa. O terrível flagelo ceifou mais vidas que a própria Guerra dos Cem Anos”. Cf. Dias M. Nunes), *A depressão monetária do século XIV e a conquista heuríquina da Senegâmbia*, pág. 6, São Paulo, 1959.

Anteriormente a 1348, ano em que surgiu a epidemia, e desde o século XII, a população da Espanha cristã quasi se duplicou graças à fase favorável, de contínuo e progressivo aumento. A prosperidade não constituiu apenas um fenómeno peninsular espanhol, visto a melhora ser uma evidência em tôda Europa Ocidental. O aparecimento de uma economia mercantil acionada por uma burguesia portuária e marítima foi coincidente com a expansão colonizadora e com o deslocamento da fronteira agro-pecuária, condições favoráveis que superaram os malefícios oriundos da emigração muçulmana, muito intensa no vale do Guadalquivir (17).

A Espanha cristã teria na abertura do século XIV uns seis milhões de habitantes, dos quais cinco viveriam em Castela, distribuindo-se os restantes pela Catalunha, Aragão, Valência e Maiorca. Nesse total, a maior parte era constituída pelos cristãos procedentes do Norte ou *mozárabes*; havia ainda judeus — uns cinquenta mil em Aragão e duzentos mil em Castela (18).

No meado do século XIV alastrou-se pela Europa a terrível peste bubônica. Na costa mediterrânea hispânica o flagelo apareceu mortífero em 1348, atacando sobretudo as regiões litorâneas, sendo em vista disso muito mais atingidas as populações de Aragão e Catalunha do que as de Castela, geograficamente mais distanciadas da enfermidade.

Apesar da sensível recuperação demográfica no decurso da centúria subsequente, Catalunha perdeu num século e meio mais de 40% de sua população. Em compensação as demais regiões puderam refazer-se, notadamente Castela que, a partir de então, consagrou sua supremacia política peninsular espanhola.

A redistribuição demográfica foi sobremancira favorecida pela imigração em grande escala de *gascones y languadocianos*, muito intensa nos meios rurais catalães, e em menor percentual de italianos — genoveses e florentinos — atraídos pelos portos mediterrâneos e cidades do Guadalquivir, além de flamengos e alemães induzidos pelos entrepostos mercantis do Norte de Espanha (19).

O reinado dos Reis Católicos registrou um notável aumento da população. A melhora deve-se ao término das guerras civis — cata-

---

(17). — Cf. Maurel (J. Bosque), *op. cit.*, págs. 14 e segs.; Vives (J. Vicens), *História económica de España*, págs. 21 e segs. Barcelona, 1959; Ortiz (Domínguez), *La población española a lo largo de nuestra historia*, págs. 61 e segs. Barcelona, 1950; Villar (E. Huguet del), *op. cit.*, págs. 37 e seg.

(18). — Sainz (L. Hoyos), *La densidad de población y el acrecentamiento en España*, págs. 28 e seg. Madrí, 1952; Maurel (J. Bosque), *op. cit.*, págs. 18 e seg.; Baroja (J. Caro), *Los pueblos de España*, págs. 36 e seg. Barcelona, 1946.

(19). — Cf. Maurel (J. Bosque), *op. cit.*, págs. 21 e seg.; Ortiz (Domín-

*lana y castellana* — e ao restabelecimento da normalidade da vida econômica (20).

No ocaso do século XV, em 1482, o censo de Alonso de Quintanilla calculou em nove milhões a população do atual território espanhol, assim distribuída: Castela — sete milhões; Aragão — um milhão; setecentos mil granadinos e cerca de cem mil navarros. Esta população estava essencialmente composta por camponeses — mais de 80%; os artesãos somariam 12% e as classes médias urbanas 3,5%, sendo os restantes 4,5% integrados pela nobreza que dominava o país com seus 5.000 senhorios, 60.000 cavaleiros e 60.000 patrícios urbanos (21).

Na administração dos Reis Católicos houve realmente uma nítida recuperação demográfica, encontrando-se o ápice da melhoria no decurso da primeira metade do século XVI. Posteriormente, o crescimento da população foi mais lento. Algumas cidades castelhanas, como Medina del Campo e Valladolid, acusaram certa depressão. Em contrapartida, os centros demográficos da orla mediterrânea, especialmente a Catalunha, conheceram enorme impulso.

Em 1600, consoante estimativa de Ruíz Almansa, a Espanha teria aproximadamente 11.400.000 habitantes. Castela, sobretudo a Meseta Norte e o Cantábrico, concentrava cerca de 73% — vinte e dois habitantes por quilômetro quadrado. Densidades menores encontravam-se na Andaluzia e Catalunha (20 habitantes), bem como em Aragão (8 habitantes) e na Meseta meridional — 16 almas por quilômetro quadrado (22).

No século XVI a população peninsular espanhola apresentava um caráter marcadamente centrípeto, visto a força humana dirigir-se em direção ao centro do território, atuando como núcleo demográfico de gravitação sobre as populações de menor densidade situadas na periferia. Todavia, um importante movimento migratório já se dirigia até ao vale do Guadalquivir, onde a cidade de Sevilha tinha o monopólio do tráfico indiano.

---

guez), *op. cit.*, págs. 82 e segs.; Sainz (L. Hoyos), *op. cit.*, págs. 34 e seg.

(20). — Para o estudo da Espanha Cristã, notadamente das lutas civis que marcaram as crises da Reconquista, vejam-se: Vinyalos (Ramon d'Abadal), *Pedro el ceremonioso y los comienzos de la decadencia política de Cataluña*, in "História de España" dirigida por Ramon Menéndez Pidal, t. XIV, págs. IX e segs. Madri, 1958; Fernández (Luis Suárez), *Castilla (1350-1406)*. *Idem*, págs. 3 e segs.; Campistol (Juan Reglá), *Navarra. Reinados de Carlos II el Malo (1332-1387) y Carlos III el Noble (1361-1425)*. *Idem*, págs. 381 e segs.; *La Corona de Aragón (1336-1410)*. *Idem*, págs. 439 e segs.

(21). — *Ibidem*.

(22). — Cf. Maurel (J. Bosque), *op. cit.*, págs. 26 e seg.; Corré (Max), *La Peninsula Ibérica*, págs. 39 e seg. Paris, 1934; Sainz (L. Hoyos), *op. cit.*, pág. 91 e seg.

Com a montagem do exclusivismo da central gaditana, que se prolongou até 1778, ano em que Carlos III instituiu o “Comércio Livre”, que abriu aos demais portos do seu patrimônio o tráfico com suas Índias Ocidentais (23), castelhanos e galegos entraram em comoção. Ademais, cumpre realçar a expulsão dos mouros granadinos, ultimada em 1568, que ocasionou uma depressão em tôda a Andaluzia oriental, com a perda de seu antigo prestígio demográfico e político-militar.

No processo de desenvolvimento demográfico peninsular espanhol há que ter em conta a importância da emigração para a América, com mais de 150.000 almas até 1550, em sua maior parte *andaluces y extremeños*, bem como a sangria — constante espanhola — causada pela política continental européia dos Áustrias de Madri. A saída para as Índias Ocidentais e a perda oriunda do militarismo dos soberanos espanhóis na Europa não foram compensadas pelo crescimento das colônias estrangeiras — genovesas, francesas, alemãs, flamengas e portuguesas — no reino, ou pelo engrossamento das rotas do tráfico de escravos, muito notado na Andaluzia (24).

Durante o século XVII, a população espanhola na metrópole minguou sensivelmente ou, consoante as regiões, permaneceu estacionária. Assinalam-se duas fases distintas: uma, de franca depressão, na primeira metade do século, nitidamente marcada pela expulsão dos mouros, pelas dispendiosas guerras exteriores e pelas lutas internas do reinado de Filipe IV, malefícios que foram sobremaneira agravados com o aparecimento de epidemias, que culminaram com a terrível peste de 1648 que, até 1654, nunca deixou de ceifar preciosas vidas; outra, caracterizada pelo esforço de recuperação, iniciada em 1654, ano que anuncia o começo da superação daquela fase de abatimento em todos os setores e que corresponde à melhor administração do reinado de Carlos II (25).

Semelhante depressão afetou notadamente a Meseta, Valência e Aragão, onde a população mourisca era importante. No princípio do século XVIII, em 1724, depois da dura sangria da Guerra de Su-

---

(23). — Veja-se o *Reglamento y Aranceles reales para el Comercio libre de España a Indias*, de 12 de outubro de 1778, editado em Madri. Vide ainda a tese de Manuel Nunes Dias, *O Comércio Livre entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789)*. São Paulo, 1965 (2 vols.). O *Reglamento* acha-se no *Archivo General de Indias*, em Sevilha (Indiferente General, Legajo 2410).

(24). — Cf. Álvarez (M. Fernández), *La España del emperador Carlos V*, in “Historia de España” dirigida por Ramón Menéndez Pidal, tomo XVIII, Madri, 1966; Fernández (P. Luis) y Retana (Fernández de), *España en tiempo de Felipe II (1556-1598)*, *idem*, tomo XIX, vol. I Madri, 1958; *idem*, vol. II (1556-1598) Madri, 1958.

(25). — Maurel (J. Bosque), *op. cit.*, págs. 26 e seg.

cessão, o economista Ustáriz calculou a população espanhola no reino em 7.500.000 habitantes, acentuadamente inferior, portanto, às estimativas de 1600 organizadas, como vimos, por Ruiz Almansa que davam o total de aproximadamente 11.400.000 almas (26).

No decurso do século XVIII houve expressiva recuperação demográfica em Espanha: o censo do Conde de Aranda em 1768 alude a 9.160.000 habitantes; o de Floridablanca, em 1787, registra 10.268.000 (27). O crescimento continuaria, pelo menos até o ano de 1808, ante-véspera das Guerras da Independência. E' o que tudo indica, mas que escapa às demarcações e ao objeto desta monografia.

O importante progresso demográfico espanhol criou sério problema: o de dar ocupação e alimentos à população que vivia à míngua. Semelhante questão constituiria fator de mudança da estrutura econômica e social que, embora parcialmente, condicionaria um novo processo que a descoberta e organização do tráfico das Índias Ocidentais de Castela consolidou: a centralização do poder real, com o estabelecimento do exclusivismo mercantil, que tornou a Corôa espanhola dependente da finança internacional.

---

(26). — Veja-se a obra de Gerónimo de Ustáriz, *Teoria y Práctica del Comercio y de la Marina*, editada em Madri no ano de 1757.

(27). — Cf. Maurel (J. Bosque), *op. cit.*, págs. 27 e seg.

## CAPÍTULO II.

### CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA, ANTINOMIA ENTRE O "POLÍTICO" E O "ECONÔMICO".

Resultados naturais da Reconquista foram, dentre outros, o deslocamento da fronteira política e a conseqüente redistribuição demográfica. Convergência de múltiplas razões — religiosas, políticas, militares, dinásticas e econômicas — condicionaram, seguidamente, em Espanha, o processo de desenvolvimento da centralização do poder real, que se revelou e se afirmou em proveito da Corôa de Castela.

No decurso da Idade Média, o território da atual Espanha estava fraccionado num certo número de senhorios independentes ou semi-independentes, sôbre os quais não havia um poder soberano e, portanto, incontrastável. No começo do século XV, porém, principiou a tornar-se efetiva a existência de um poder central.

Encadeamentos de fatores regularam e compassaram o processamento do sistema da centralização monárquica em Espanha. O aumento dos domínios senhoriais, adquirindo os governantes lentamente novos territórios por compras, casamentos ou conquistas guerreiras, e estabelecendo-se o princípio de que tôda a Casa passaria, inteirinha, para o primogênito, contribuíram sobremaneira para a unidade peninsular espanhola. Ademais, à medida que se ultimava a Reconquista cristã de terras e águas, decaía a belicosa cavalaria medieval que se transformava, cada vez mais acentuadamente, numa fidalguia palaciana.

A obrigação, a pouco e pouco imposta às cidades e aos senhores latifundiários, de reconhecerem a autoridade real através do pagamento de determinados tributos, de se servirem da sua moeda, de se absterem na guerra privada e, principalmente, de serem julgados pelos seus juizes, foi outra manifestação do poder que caracteriza o processo de desenvolvimento da centralização monárquica peninsular.

O estudo do Direito Romano, notadamente a vulgarização do aforismo que os legistas aplicaram aos reis — "o que o príncipe ordena tem força de lei" — dogma muito difundido no Ocidente cristão,

especialmente na Península Ibérica. De igual modo, a decadência das Assembléias representativas, que os monarcas passaram a convocar apenas por ocasião de graves crises, e a instituição de tropas permanentes pagas pelo rei e constituídas, a princípio, por bandos de estrangeiros e, mais tarde, por corpos regulares, contribuíram para a centralização do poder real.

O fenômeno não é apenas espanhol. Ele se encontra, semelhante e contemporâneo, em seu incremento político e em sua propagação idealista, na Europa Ocidental e cristã, comprovado com o aparecimento de outros Estados Modernos — Portugal, França e Inglaterra (28).

Na abertura da segunda metade do século XV a Península Hispânica ainda se encontrava retalhada em diversos senhorios. No decurso da centúria instituiu-se uma constituição política, quase unitária, com a formação da monarquia espanhola, que se originou do casamento de Fernando, príncipe herdeiro de Aragão, com Isabel, infanta de Castela, em 1469 (29).

Cinco anos após esse enlace matrimonial, em 1474, morreu Henrique IV de Castela. Isabel, sua irmã, apresentou-se, apoiada por grande parte da nobreza castelhana, como pretendente à Corôa, em detrimento de sua sobrinha D. Joana, havida por filha adúltera, e

---

(28). — Para o caso português, veja-se a tese de doutoramento de Eduardo d'Oliveira França, *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. São Paulo, 1946 (Boletim LXVIII da Faculdade de Filosofia da USP). Para os processos da centralização em França, Inglaterra e Espanha, vejamos, dentre outros: Petit-Dutaillis (Ch.), *Charles VII, Louis XI et les premières années de Charles VIII* (1422-1492), in "Histoire de France" de Ernest Lavisse, t. IV, deuxième partie. Librairie Hachette, 1911; Mackie (J. D.), *The earlier Tudors* (1485-1558), in "The Oxford History of England". Oxford, 1957; Pingaud (M. L.), *La France et la Maison de Bourgogne* (1453-1493), in "Histoire Générale" de Lavisse (Ernest) e Rambaud (Alfred), t. III (Formation des Grands États), págs. 161 e segs. Armand Colin, Paris, 1894; Chénon (M. E.), *L'Église et la Papauté. De Clément V à Innocent VIII* (1305-1484). Idem, págs. 312 e segs.; Bémont (M. Ch.), *L'Angleterre de 1272 a 1485*. Idem, págs. 356 e segs.; Desdevises du Désert, *Les Royaumes ibériques* (1284-1474), págs. 463 e segs.; Pirenne (H.), *Les Pays-Bas de 1280 a 1477*. Idem, págs. 416 e segs.; Fernández (Luis Suárez), *Los Trastámaras de Castilla y Aragón en el siglo XV* (1407-74), in "Historia de España" dirigida por R. Menéndez Pidal, t. XV, págs. 3 e segs. Madri, 1964; López (A. Canellas), *El reino de Aragón en el siglo XV* (1410-79). Idem, págs. 319 e segs.; Vives (J. Vicens), *Los Trastámaras y Cataluña* (1410-79). Idem, págs. 599 e segs.

(29). — Cf. — Prescott (W. H.), *History of the Reign Ferdinand and Isabella the Catholic of Spain*, págs. 12 e segs. Londres, 1938; Balaguer (V.), *Los Reyes Católicos*, págs. 15 e segs. Madri, 1892; Barreta (A. Ballesteros), *Síntesis de Historia de España*, págs. 180 e segs. Barcelona, 1950; Walsh (W. Thomas), *Isabel de España*, págs. 98 e segs. Burgos, 1937; Contreras (Juan de), *Los orígenes del Imperio. La España de Fernando e Isabel*, págs. 62 e segs. Madri, 1939.

cujo partido o rei de Portugal, D. Afonso V, sustentava na esperança de, casando-se com ela, constituir um único Estado moderno peninsular. A batalha de Toro, em 1476, assegurou o trono a Isabel. Três anos depois, em 1479, com a subida de Fernando, por morte de seu pai, ao trono de Aragão, a centralização monárquica deu comêço à existência política do reino de Espanha (30).

A Administração dos Reis Católicos — Fernando e Isabel — foi logo especificada pela ocorrência de eventos da mais alta importância para os destinos do Estado moderno espanhol, dos quais resultaram a unidade territorial do reino, os seus vastos domínios ultramarinos e o fortalecimento do poder central.

A obra da unidade territorial do país só foi ultimada no ocaso do século XV, em 1492, quando os cristãos conseguiram desaninhar os mouros do seu derradeiro baluarte na Península, o reino de Granada, afugentando-os para o Mediterrâneo africano. Os exércitos dos Reis Católicos, comandados pelo general Gonçalo de Córdoba, o Grande Capitão, puzeram cerco à célebre capital muçulmana, então circundada por mais de mil tórres de defesa, e arrojaram-se contra ela decididos a expulsar o intruso. Ao cabo de nove meses de terríveis combates travados nos seus arredores, o seu último potentado, o inclemente Boabdil, capitulou (31).

A expansão do Islão no Mediterrâneo não representou somente uma nova orientação política na Europa Ocidental; ela marcou também, de certo modo, o findar do mundo antigo. A Espanha, com a queda de Granada, reconstruiu-se numa unidade política e territorial, característica do seu surgimento como Estado moderno. A terra era então naturalmente, apesar do desenvolvimento do comércio, a principal riqueza do homem da Reconquista cristã. Porisso era a terra o bem mais desejado nas partilhas da realeza. Em vista disso era ela, afinal, que se apresentava como a base da economia e da nova estrutura social da Espanha centralizada. E talvez até se pudesse caracterizar bem a transformação social da monarquia espanhola, com a queda do poderio do Islão na Península, só pela substituição dos antigos senhorios muçulmanos, detentores das terras, pelas novas “elites” forjadas na Reconquista e no repovoamento do espaço peninsular.

---

(30). — *Ibidem*.

(31). — A capitulação estabelecia que os habitantes conservariam as suas leis e os seus bens, e poderiam exercer livremente o seu culto. Estas cláusulas não foram respeitadas; a intolerância religiosa deu lugar a que começassem as expatciações, sobretudo de judeus, ato anti-econômico com funestas resultantes para o capitalismo comercial espanhol.

Foi pela conquista de Granada que a Santa Sé concedeu aos soberanos Fernando e Isabel o titulo de “Reis Católicos”.

A conquista de Granada viria então precipitar esta evolução política e social que se desenhava nos reinos cristãos peninsulares há recuados anos. A queda de Boabdil, em 1492, figurou, além disso, como forte incentivo à tendência que se vinha afirmando no Ocidente — a sua separação da tradicional atividade do Mediterrâneo, espécie de fatalismo geográfico. A Reconquista peninsular surgiria, assim, como um elo de um mesmo processo que o encadeia à Reconquista cristã do Mediterrâneo. Embora ambos empreendimentos não tivessem apenas um objetivo comercial, o seu resultado mais imediato foi o do renascimento mercantil. A Reconquista ibérica foi, é exato, sobretudo pelo fervor religioso e pela obsessão do poder político. Mas a Reconquista cristã do Mediterrâneo não conseguiu disfarçar o imediatismo material de lucro que o cometimento prometia. A investida de uma sociedade européia, através do cruzadismo, sobre os ricos empórios comerciais do Oriente, abriu ao espírito acanhado do cristão medieval os largos horizontes da especulação em termos de economia capitalista.

Algumas cidades italianas — Veneza, Gênova, Pisa e Florença — pelas suas próprias funções de intermediárias entre dois mundos econômicos, o Ocidente e o Oriente, surgiram no Mediterrâneo como os baluartes da reação de uma nova classe de mercadores e navegantes, contra as forças senhoriais tradicionalistas e possuidoras dos grandes domínios agrícolas (32).

O crescente poderio marítimo e comercial que se estendia sucessivamente do delta do Nilo ao estreito de Gibraltar, e que se alargava até aos empórios da Flandres e do *hinterland* do continente europeu, encontrava nos portos marítimos da Península Ibérica admiráveis encruzilhadas geográficas para a sua política de transporte e renovados encontros de interesses de mundos econômicos. Semelhante ocorrência abalaria os rígidos quadros da economia medieval espanhola.

A Reconquista cristã — peninsular e mediterrânea — foi, no seu aspecto renovador e revolucionário, a força ascendente da burguesia que no crepúsculo do século XV, naquele mesmo ano da queda de Granada, em 1492, começou a organizar as rotas transatlânticas das Índias Ocidentais de Espanha.

Integrada a América ao patrimônio dos Áustrias, o desenvolvimento do comércio continental europeu e ultramarino foi tão rápido e

---

(32). — Cf. — Benouard (Yves), *Les hommes d'affaires italiens au Moyen Âge*, págs. 96 e segs. Paris, 1949; Saponi (A.), *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*, págs. 62 e segs. Florença, 1926; *Studi di Storia economica medievale*, págs. 92 e segs. Florença, 1946; Pirenne (H.), *Les villes et les institutions urbaines*, 2.º vol., págs. 67 e segs. Paris, 1939; *Histoire économique de l'Occident Médiéval*, págs. 291 e segs. Paris, 1951.

tão intenso, que a realeza, para salvar o trono, apropriou-se do tráfico indiano instituindo-o como monopólio da Corôa. Criou-se, assim, a outra face do mercantilismo gerada no processo de desenvolvimento da centralização monárquica (33).

O Estado moderno espanhol, bem como os seus congêneres europeus, fêz o seu aparecimento como Estado mercantilista, o grande e primeiro empresário moderno. Essa a principal preocupação da realeza: centralização do poder político e centralização do poder econômico. Daí resultarem as duas políticas do trono: unificação nacional e enriquecimento do Estado. As rivalidades internacionais levavam ao fortalecimento dos grandes Estados nacionalistas. A Espanha não escaparia a essa constante: unificação política com um poder centralizado forte. Assim, a política e a economia tinham forçosamente que trocar benefícios. Semelhante consórcio gerou o imperialismo — a outra face do mercantilismo dos Áustrias espanhóis (34).

Com a montagem das rotas coloniais, a economia deixou de ser continental, senhorial, agrária e mediterrânea, para se tornar, no decurso dos séculos XVI e XVII, cada vez mais acentuadamente, intercontinental, burguesa, comercial e atlântica. A monarquia centralizada, avivada pelo choque recebido com o descobrimento da América, criou com a instituição do monopólio do tráfico indiano condições próprias de evolução.

Já no governo dos Reis Católicos, o “político” condicionou o “econômico”. O que mais importava era a salvaguarda da monarquia centralizada e o crescente fortalecimento do poder real, protegendo-se a *Santa Hermandad*, associação das milícias de Aragão e Castela, e enfraquecendo-se o poder das Córtes, fazendo passar para a Corôa o Mestrado das Ordens Militares (Santiago, Calatrava e Alcântara) e introduzindo em Espanha o célebre Tribunal do Santo Ofício para punir os crimes contra a religião e, sobretudo, para — pelo domínio sobre as consciências — proteger o princípio da autoridade monárquica (35).

---

(33). — Haring (C. H.), *Trade and Navigation between Spain and the Indies in the Time of the Habsburgs*, págs. 37 e segs. Cambridge, 1918; *El Imperio Hispánico en América*, págs. 62 e segs. Buenos Aires, 1958; Larraz (José), *La época del mercantilismo en Castilla (1500-1700)*, págs. 72 e segs. Madri, 1943; Schafer (Ernesto), *El Consejo Real y supremo de las Indias (2 vols.)*, Sevilla, 1935-1947.

(34). — Cf. — Larraz (José), *op. cit.*, págs. 102 e segs.; Carrion (J. L. Sureda), *La Hacienda Castellana y los economistas del siglo XVII*, págs. 62 e segs. Madri, 1943.

(35). — Veja-se a obra de H. Ch. Lea, *A History of the Inquisition of Spain (4 vols.)*, Nova York, 1906-1907.

A população da Espanha era um misto de cristãos, mouros e judeus. A obra da unidade política precisava, afinal, ser consolidada pelo endurecimento das instituições. Assim a unidade política reclamava, para sua própria sobrevivência, unidade de crença. Por isso a Corôa impôs o culto católico a todos os seus súditos e, seguidamente, em 1492 — no mesmo ano do término da Reconquista e da descoberta da América — ordenou a expulsão dos judeus, elementos mais atuantes no enredo capitalista e, no entender da realeza, os que mais ameaçavam o trono centralizado.

A Administração dos Reis Católicos foi assinalada pelo vigoroso assessoramento do ministro Ximenes Cisneros, arcebispo de Toledo. Êste coadjutor do trono foi também encarregado do governo de Castela depois da morte de Isabel, em 1504, e do de Aragão, em seguida à morte de Fernando, em 1516, até à chegada do príncipe herdeiro, que estava então na Flandres (36).

Dos filhos dos Reis Católicos, um só, Joana “a Doida”, que casara com Felipe “o Bello”, arquiduque da Áustria, deixara sucessor para a herança paterna. O herdeiro dos vastos domínios da monarquia espanhola centralizada foi, com efeito, seu filho Carlos I, que de seu pai herdara já os territórios da Casa d’Áustria, e que foi mais tarde, em 1519, eleito ainda imperador da Alemanha com o nome de Carlos V, pelo qual é mais conhecido (37).

Durante dois séculos — de 1516, ano em que Carlos I foi guindado ao trono de Espanha, a 1700, ano em que se colocou o problema da guerra da sucessão da Espanha (38), logo após a morte de Carlos II, em 1699, — os Áustrias de Madrí instituíram e defenderam uma economia de conjunto fortemente centralizada. Semelhante comportamento procedeu do abuso do poder político da realeza.

A Corôa tinha terras e águas na Europa, na África e na América a defender e a legitimar. Chamando a si o comando do tráfico colo-

---

(36). — Cf. — Prescott (W. H.), *op. cit.*, págs. 98 e segs.; Balaguer (V.), *op. cit.*, págs. 103 e segs.

(37). — Sobre Carlos V vejam-se os estudos de C. Brandi, *Charles-Quint*, 1500-1558. Payot, Paris, 1951; de M. J. H. Mariéjol, *L’Espagne. De l’avènement d’Isabelle la Catholique jusqu’à l’abdication de Charles-Quint*, 1474-1556, in “Histoire Générale” de E. Lavissee e A. Rambaud, t. IV, págs. 325 e segs. Paris, 1894) e de M. Fernández Álvarez, *La España del Emperador Carlos V*, in “Historia de España” dirigida por R. Menéndez Pidal, t. XVIII, Madrí, 1966.

(38). — A Guerra da Sucessão da Espanha terminou com o Tratado de Utrecht, em 1713, segundo o qual Filipe d’Anjou (Filipe V) foi reconhecido rei de Espanha com a condição, porém, de que nunca as Corôas de França e Espanha viessem a reunir-se. (Cf. Pingaud (M. L.), *La guerre de la succession d’Espagne* 1700-1714, in “Histoire Générale de E. Lavissee e A. Rambaud, t. VI, págs. 724 e segs. Paris, 1895).

nial, a monarquia centralizada figurava no contexto das relações internacionais como um dos polos de desenvolvimento do capitalismo comercial de nítida feição alienígena. Uma natural rivalidade entre os Estados modernos recém-nascidos — Portugal, Holanda, França e Inglaterra — num período de profunda transformação econômica e social, caracterizado no âmbito da vida privada pelas grandes acumulações individuais de riqueza (39), que se seguiram à superação das crises do século XIV (40), aconselhava o trono à salvaguarda do seu poder político, meio adequado à sobrevivência da monarquia centralizada.

Estavam, porém, criadas as condições para que o capitalismo comercial forasteiro penetrasse em Espanha e, dali, alcançasse áreas estratégicas do patrimônio colonial dos Áustrias espanhóis. A expansão comercial continuava, cada vez mais acentuadamente, a fazer-se por toda a Europa. A nova sociedade que substituíra os senhores medievais possuía agora os anseios econômicos de desenvolvimento — a cumulação social da riqueza e o trabalho livre caracterizado pela iniciativa privada.

Com a acumulação de grandes fortunas particulares acentuou-se o domínio dos poderosos comerciantes e banqueiros sobre o pequeno mercador e sobre o artesanato — constante na Europa Ocidental. São características do tempo os grupos financistas aos quais se vergam, consoante a conjuntura, a aristocracia, a realeza e o próprio clero. São banqueiros-comerciantes de credo (judeus, católicos e protestantes) e nacionalidade (italianos, flamengos, alemães, ingleses, portugueses e espanhóis) diversa que operam com o trono e que se tornam seus credores (41).

---

(39). — Cf. — Jeannin (Pierre), *Les marchands au XVI siècle*. Paris, s. d.; Roover (R. de), *L'évolution de la lettre de Change*. Coleção "Affaires et Gens d'Affaires". Paris, A. Colin, 1953; Goris (J. A.), *Étude sur les colonies méridionales à Anvers de 1488 a 1567*. Louvain, 1927; Lapeyre (H.), *Une famille de marchands: les Ruiz*. Coleção "Affaires et Gens d'Affaires". Paris, A. Colin, 1955; Ehrenger (R.), *Le siècle des Fugger*. A. Colin, Paris, 1956; Polnitz (G. F. von), *Jakob Fugger* (2 vols.). Tubingen, 1949; Sombart (Werner), *The Jews and Modern Capitalism*. Londres, 1913; *Les juifs et la vie économique*, Payot, Paris, 1923.

(40). — Cf. — Dias (M. Nunes), *A depressão monetária do século XIV e a conquista da Senegâmbia*. São Paulo, 1959; Saporì (A.), *Studi di Storia economica medievale*. Florença, 1946; Coornaert (E.), *Les Bourses d'Anvers au XV e XVI siècles*, in "Revue Historique", janeiro-março, págs. 20 e segs. Paris, 1957.

(41). — Jeannin (P.), *op. cit.*, págs. 87 e segs.; Boover (R. de), *op. cit.*, págs. 9 2e segs.; Goris (J. A.), *op. cit.*, págs. 280 e segs.; Lapeyre (H.), *op. cit.*, págs. 68 e segs.; Ehrenger (R.), *op. cit.*, págs. 103 e segus.

Até então, anteriormente à centralização monárquica e à descoberta da América, o regime econômico dos diversos reinos peninsulares assentava essencialmente na agricultura e no pastoreio. Castela, de igual modo, não escapava a essa constante do gênero de vida, sobretudo baseada na comercialização dos rebanhos de ovinos que engrandecia a prestigiosa agremiação de criadores matriculados na Mesta (42).

Os Avis já haviam dado à economia europeia de então aquela base geográfica que ela exigia. Em 1492, ano em que se ultimou o processo da centralização do poder real em Espanha e da chegada de Colombo às Antilhas, Portugal já tinha conquistado e integrado à civilização do Ocidente cristão o Atlântico Norte-africano, com a montagem das rotas de Arguim e da Mina (43).

Os Reis Católicos acompanhavam estas tendências e exigências da Europa Ocidental, que eram suas também. Na sua ânsia de expansão, depois de finalizar a obra da unidade territorial peninsular, Castela preparou-se para a abordagem ultramarina. Anteriormente ao término da Reconquista era natural que se não enfrentasse a problemática do cometimento oceânico, visto existirem ainda questões a resolver. O mesmo acontecera com Portugal: só depois de ultimada a Reconquista e superadas as crises da causa nacional da Independência política é que os Avis se organizaram para o empreendimento de Ceuta, em 1415, e, seguidamente, para a conquista do Atlântico ignoto. A empresa de Ceuta contribuiu, pelas suas resultantes, para a queda de Granada, favorecendo, dêsse modo, o processo de desenvolvimento da Reconquista espanhola. Dir-se-ia, igualmente, que à medida que os nautas e comerciantes portugueses foram organizando as rotas da Senegâmbia, desviando para o Atlântico o ouro do Tombuctú, e abrindo, com isso, o comércio do Mar Oceano ao capitalismo comercial, foram-se diluindo os entraves que, até então, impediam a livre expansão castelhana (44).

---

(42). — Sobre esta corporação de criadores, que manteve da Idade Média ao comêço do século XIX o exclusivismo da comercialização dos rebanhos de ovinos em Espanha, veja-se o estudo de J. Klein, *The Mesta. A study in Spanish economic history*. Cambridge, 1920.

(43). — Veja-se a citada tese de M. Nunes Dias, *O Capitalismo...*, 1.º vol., págs. 135 e segs.

(44). — Ceuta nas mãos dos cristãos dificultou enormemente a ida de reforços muçulmanos para Granada, a partir de 1415, anos em que aquela cidade da África do Norte caiu em poder de D. João I de Portugal. (*Idem*, págs. 69 e segs.).

Com Carlos V e sobretudo com os Filipes, a monarquia espanhola centralizada evoluiu no sentido da sua emancipação da influência dos povos do Mediterrâneo. Voltando-se para o Atlântico, os Áustrias de Madrí iniciaram também um movimento expansionista que modificou profundamente as perspectivas mundiais.

Organizado o tráfico indiano, transformaram-se de tal modo e tão bruscamente as normais relações da vida econômica, que a monarquia, sem quebrar os restos da rígida estrutura medieval, deixou-se integrar no movimento capitalista de base geográfica universal. Mais voltada, embora, para o circuito atlântico do que para os fluxos mediterrâneos de comércio, a Corôa não conseguiu, contudo, afastar-se das lides políticas da Europa continental.

Semelhante teimosia do trono espanhol comprova uma das muitas contradições dos Áustrias de Madrí, mais preocupados e atentos para a política continental européia do que, prôpriamente, para a sua integração efetiva no movimento capitalístico acionado pela riqueza colonial.

A Espanha, com uma estrutura social grandemente impregnada ainda dos valores medievais, embora com aspectos particulares, não conseguiu “desfeudalizar-se”. Senhoreando-se de um rico e desejado patrimônio ultramarino, a monarquia centralizada manteve-se, de certo modo, debruçada sôbre a Europa e emparedada dentro de suas fronteiras do reino. Sobrepondo os interêsses políticos acima das conveniências econômicas, deixou-se enleiar pelas tendências e exigências do capitalismo comercial alienígena.

Com isso institucionalizou um poder central — soberano e incontrastável — ao mesmo tempo que oligarquizou a economia, deixando-a nas mãos de uns poucos que se aninharam em Sevilha e que impediram a montagem de um Capitalismo Monárquico nos moldes do edificado pelos Avís. Semelhante comportamento anti-econômico impossibilitou a incipiente burguesia dos portos marítimos do reino de compartilhar dos benefícios oriundos do comércio colonial. Só com o advento dos Borbons, quando Carlos III, em 1778, instituiu o “Comércio Livre”, é que o trono ofereceu condições à burguesia portuária nacional (45).

A ampliação geográfica e quantitativa do comércio entre Espanha e suas Índias Ocidentais descortinou à especulação internacional imen-

---

(45). — Vejam-se as teses de M. Nunes Dias, *O “Comércio Livre” entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789)*, 2 vols. São Paulo, 1965; e Emanuel Soares da Veiga Garcia, *Buenos Aires e Cádiz. Contribuição ao estudo do Comércio Livre (1789-1791)*, São Paulo, 1968.

sas perspectivas de atuações e de investimentos testemunhados pela forma como se processou a exploração colonial (46).

O Estado moderno espanhol, com os Áustrias, individualizou-se na sua política e na sua economia. Os seus imperativos reforçaram mais e mais a sua política continental e europeia. O tráfico indiano organizou-se como subsídio desse comportamento do trono e na medida em que lhe assegurava a sua própria subsistência.

Nenhuma idéia de montagem de um gigantesco império ultramarino animou os reis espanhóis nos séculos XVI e XVII.

As Índias Ocidentais figuravam na programação do governo de Madri como motivos de supremacia política na Europa que vinham reforçar os recursos materiais dos seus anseios expansionistas no continente. Um império territorial, guerreiro, senhorial, europeu e “feudalizado” parecia convir mais ao trono do que um império oceânico, comercial, burguês, ultramarino e, por tudo isso, de feição moderna.

A Corôa teve sempre uma preocupação: a salvaguarda do trono. Para isso sentiu mais a importância dos interesses políticos da monarquia. Não demonstrou, em nenhum instante, a consciência da força oriunda do ultramar. Daí toda a sua política internacional subordinar-se à potência financeira estrangeira e aos grandes interesses comerciais particulares, de igual modo alienígenas.

A Espanha, graças ao seu patrimônio colonial, era então um dos principais centros de “gravitação” do mundo capitalista. Faltava-lhe, contudo, a estrutura adequada para o desenvolvimento da sua economia em todos os seus setores. Salvar a fé católica era uma idéia que obcecava a realeza. A segurança do trono era, outra constante que tornava a Corôa indiferente ou impotente para a apropriada exploração do tráfico americano.

A Espanha não representava, com efeito, pela sua estrutura social ou pelas suas condições econômicas, de modo algum, as aspirações do capitalismo moderno. E os seus soberanos mostraram-se incapazes para a instituição e governo de uma gigantesca empresa colonial.

Durante o reinado de Carlos I (1516-1555) os descobrimentos menores, as viagens de circunnavegação, a conquista do México, a conquista do Peru, a expansão espanhola na América e a organização das Índias Ocidentais representariam cometimentos comprovantes das

---

(46). — Além dos citados estudos de C. H. Haring, veja-se a tese de H. e P. Chaunu, *Seville et l'Atlantique* (1504-1650), 6 vols., Paris, 1955, com a abordagem quantitativa do tráfico entre Espanha e suas Índias Ocidentais, no decurso daquele período, em que a central sevilhana assenhoreou-se do exclusivismo do comércio colonial.

diretrizes da Corôa no sentido da montagem de um império colonial, sobre o qual assentaria o hipotético capitalismo régio. Todavia, as guerras com a França, as lutas contra o Protestantismo e as campanhas no Norte da África demonstram a política territorial e guerreira do govêrno, sorvedouro de homens e dinheiro (47).

Na Administração subsequente — a de Filipe II — que se estendeu de 1556 a 1598 comprova-se, de igual modo, a idéia imperial do trono. As lutas contra o Pontífice Paulo IV, a persistência da guerra com a França, as lutas na Flandres, a sublevação dos mouros, a investida contra os turcos, a montagem da *Armada Invencible*, os acometimentos contra os protestantes e a pretensão ao trono português constituem testemunhos irrefutáveis daquela política da realeza (48).

No govêrno dos dois Filipes que se seguiram — Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1665) — as guerras exteriores, as sublevações na Itália e a Restauração portuguesa comprovam a seqüência da política continental européia, obsessão dos Áustrias de Madri (49).

E, ainda no reinado de Carlos II (1665-1700), a continuidade de semelhante comportamento do trono é testemunhada pelas guerras mantidas contra a França de Luís XIV, pelas contradições de sua política na Flandres e na Itália (50).

---

(47). — Cf. Brandi (C.), *op. cit.*, págs. 103 e segs.; Mariéjol (M. J. H.), *op. cit.*, págs. 386 e segs.; Rodrigues (E. Ibarra y), *España bajo los Austrias*, págs. 11 e segs. Barcelona, 1935; Bereta (A. Ballesteros), *op. cit.*, págs. 245 e segs.; Moireau, (M. A.), *L'Amérique. Découvertes et premières colonisations*, in "Histoire Générale" de E. Lavisse e A. Rambaud, t. IV, págs. 946 e segs. Paris, 1894; *L'Amérique. Progrès de la colonisation européenne*. Idem, t. V, págs. 932 e segs. Paris, 1895.

(48). — Cf. Retana (L. Fernandez de), *España en tiempo de Felipe II* (1556-1598), "História de España" dirigida por R. Menéndez Pidal, t. XIX, volumes I e II, Madri, 1958; Rodrigues (E. Ibarra y), *op. cit.*, págs. 124 e segs.; Bereta (A. Ballesteros), *op. cit.*, págs. 275 e segs.; Mariéjol (M. J. H.), *L'oeuvre de Philippe II* (1559-1598), in "Histoire Générale" de E. Lavisse e A. Rambaud, t. V, págs. 49 e segs. Paris, 1895; Frédéricq (M. P.), *Les Pays-Bas. Le luttés religieuses* (1555-1609). Idem, págs. 175 e segs.; Filon (M. A.), *L'Angleterre et l'Écosse. Établissement définitif du Protestantisme* (1558-1603). Idem, págs. 210 e segs.; Orsi (M. Pietro), *Les États italiens sous la prépondérance espagnole* (1559-1648). Idem, págs. 683 e segs.

(49). — Cf. Pelayo (M. Menéndez), *Historia de España*, págs. 88 e segs. Madri, 1950; Frédéricq (M. P.), *op. cit.*, págs. 189 e segs.; Boissonnade (M. ...), *L'Espagne. Les deux premiers successeurs de Philippe II* (1598-1665), in "Histoire Générale" de E. Lavisse e A. Rambaud, t. V, págs. 649 e segs. Paris, 1895.

(50). — Cf. Boissonnade (M. P.), *L'Espagne. Le dernier Habsbourg Charles II* (1665-1700), in "Histoire Générale" de E. Lavisse e A. Rambaud, t. VI, págs. 501 e segs.; Paris, 1895; Orsi (M. Pietro), *Les États italiens. Prépondérance espagnole, puis autrichienne* (1648-1715). Idem, págs. 520 e segs.

A Espanha dos Áustrias, embora representasse juntamente com Portugal a Europa dos grandes descobrimentos, jamais, naquele decurso de tempo (1516-1700), exprimiu os anseios da Europa do capitalismo comercial.

Evidente que a sua estrutura econômica sofria modificações específicas que caracterizavam uma nova fase da sua evolução — o Mercantilismo. Entretanto, o reino não possuía a aparelhagem técnica e financeira que lhe tornaria possível um aproveitamento rendável do seu cobiçado patrimônio colonial. Aplicando e desenvolvendo até às últimas conseqüências os princípios políticos da sua filosofia de governo, a monarquia espanhola, num rápido absorver dos senhorios medievais, substituindo as antigas forças dominantes da aristocracia possuidora das terras, instituiu o “Estado Absoluto” como engenho necessário à salvaguarda da unidade territorial.

A política externa dos soberanos espanhóis, de nítida configuração continental européia, transformou o reino e o império em grandes centros de atração para a aplicação dos capitais estrangeiros realizados pelas expropriações das economias respectivas. Em vista disso, não admira que os poderosos grupos financeiros alienígenas se impuzessem como intermediários indispensáveis nas grandes realizações da realeza.

Tôda a política externa espanhola tinha bem vincada a sua fraqueza como potência financeira. Os seus interesses coloniais figuravam somente como subsídios das conveniências da Corôa. A anemia capitalística da Espanha dos Áustrias tornou a monarquia dependente da finança internacional. Mas o que legitimou a expansão financeira estrangeira no tráfico colonial e no contexto econômico do reino foi o Instituto da Naturalização, extravagância do trono minguido em rendas e destituído do imprescindível numerário, instrumento requerido pela política da realeza — constante espanhola — na Europa. Houve, com isso, uma distorção no raciocínio da monarquia ao colocar a estrutura política como condição para o desenvolvimento econômico do reino e do império.

(*Continua*).